



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA PANDEMIA DE COVID-19

LÉLICA ELIS PEREIRA DE LACERDA ¹
FERNANDA CHRISTINA VERSANI DE SAL ²

Resumo: Com o objetivo explicitar o significado histórico da pandemia da COVID-19 enquanto expressão da crise estrutural do capital, expomos este estudo bibliográfico de autores marxistas que abordam a natureza desta crise, tal como Mészáros (2009;2011) e Harvey (1992; 2016) e seus rebatimentos na sociabilidade brasileira compreendida no bojo da teoria marxista da dependência, a partir de Sampaio Júnior (2005), Fernandes (2005), Marini (2005). Compreendendo que a crise estrutural do capital se expressa na sociedade contemporânea enquanto crise civilizatória, situamos a pandemia como expressão da destrutividade humana e ambiental do capital; crise que recai sobre o Brasil enquanto reversão neocolonial.

Palavras-chave: Pandemia da COVID-19; crise estrutural do capital; reversão neocolonial

Resumen: Con el objetivo de explicar el significado histórico de la pandemia de la COVID-19 como expresión de la crisis estructural del capital, presentamos este estudio bibliográfico

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Mato Grosso

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal De Mato Grosso

de autores marxistas que abordan la naturaleza de esta crisis, como Mészáros (2009;2011) y Harvey (1992; 2016) y sus repercusiones en la sociabilidad brasileña en el ámbito de la teoría marxista de la dependencia, con base en Sampaio Júnior (2005), Fernandes (2005), Marini (2005). Entendiendo que la crisis estructural del capital se expresa en la sociedad contemporánea como una crisis civilizatoria, situamos la pandemia como expresión de la destructividad humana y ambiental del capital; crisis que azota a Brasil como una inversión neocolonial

Palabras clave: Pandemia de COVID-19; crisis estructural del capital; inversión neocolonial

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido um acontecimento que alterou a rotina de toda a humanidade, poucas pessoas conseguem compreender o significado histórico da pandemia e os desafios que representa à humanidade. E, se não entendemos os dilemas históricos, não podemos, nem enquanto classe nem enquanto assistentes sociais, nos posicionar criticamente em relação a eles, o que compromete o exercício da competência profissional com o direcionamento ético-político assumido pela profissão.

Neste estudo bibliográfico, defenderemos que a Pandemia é uma expressão da crise estrutural do capital que explode no cotidiano da vida humana neste início de século XXI. Sustentaremos tal posição pautadas na análise da crise do capital realizadas por Harvey (1992; 2014) e Mészáros (2009; 2011), pauta do primeiro tópico deste trabalho. Para explicar de que tipo de transição histórica passa o

Brasil no sentido de uma reversão neocolonial, nos pautamos em Fernandes (2005;2000), Prado Júnior (2000) e Sampaio Júnior (2005) no segundo tópico.

2. QUE CRISE É ESTA?

Enchentes, furacões, atentados, guerras, pragas... a realidade a nossa volta dá conta de que atravessamos uma crise civilizatória e a pandemia é apenas mais uma expressão desta tensão. A crise sanitária é reflexo de uma crise ambiental, política, ética, como também da crise econômica de uma sociedade insustentável porque a força motriz de suas relações é a acumulação de riqueza, independente das consequências. A crise se trata, portanto, de uma construção histórica, fruto de decisões históricas tomadas pela humanidade em torno da sustentação da propriedade privada.

Entendemos que todas essas dimensões são expressões distintas de um mesmo fenômeno: a crise estrutural do capital que denota, conforme Mészáros (2009), que estamos num impasse histórico: em plena vivência da barbárie que só promete se aprofundar, ou construímos uma revolução socialista capaz de colocar as necessidades humanas e ambientais no centro econômico ou estamos fadadas a nos extinguir enquanto espécie porque os limites absolutos do capital nos leva a conflitos ambientais e bélicos insustentáveis – eis que chegamos aos limites absolutos do capital, que cria uma crise civilizatória que só tem saída para além do capital.

Para o autor, vivenciamos um período distinto ao que analisou Marx. Este examinou o capital num momento de emergência das relações capitalistas; hoje vivenciamos sua dinâmica de falência em que tudo o que lhe é produtivo se torna destrutivo e torna a destrutividade produtiva:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem as forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causa somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p.191).

Vamos aos pontos da crítica da economia política burguesa que nos viabiliza compreender a natureza da crise civilizatória que vivemos, cuja pandemia de COVID-19 é apenas mais uma das expressões.

1. Sociedade mercantil: a sociedade da exploração e das crises

Como pode a cada ano os capitalistas obterem lucros maiores e ainda assim proclamarem que a

economia está em crise? Seria esta crise uma falácia para justificar cortes de investimentos e direitos? Seria uma questão de escassez de recursos? Muito se alardeia em torno da crise, mas pouco se explica. Neste subtópico, vamos demonstrar que a sociedade mercantil é a sociedade de crises cíclicas do capital, que se funda a partir da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho assalariado; debateremos, ainda, como a sociedade mercantil conjuga exploração econômica com o patriarcado e o racismo com o intuito de ampliar as margens de lucro.

O núcleo elementar do capitalismo é a mercadoria. Tudo o que possua um valor de uso para o ser humano acaba se tornando mercadoria; ou seja, o valor de uso assume também um valor de troca que, à medida que a sociabilidade capitalista se firma, vai tomando centralidade nas relações econômicas. Em todas as sociabilidades pré-capitalistas, a produção tinha por finalidade o consumo, não a troca. Com o desenvolvimento das forças produtivas na condição de propriedade privada, o aumento da produtividade viabiliza a existência de excedentes que, na sociedade feudal decadente e mercantilismo emergente, passam a ser trocados.

Na troca mercantil, o papel inicial do dinheiro era viabilizar a troca de mercadorias; porém, com o desenvolvimento da produção mercantil e com a intensificação da divisão social do trabalho, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e a acumulação de excedente passa a ser a força motriz da produção econômica. Por isso, a produção e circulação mercantil é totalmente diferente da produção para o consumo das sociedades pré-capitalistas, nas quais não havia o salário, ou a propriedade dos meios de produção. A tristeza ao olhar o holerite deixa evidente ao trabalhador que existe, conforme o autor, o tempo de trabalho não pago pelo empregador, ou seja, a extração da mais-valia, única fonte de lucros burgueses.

Assim, descobre o autor que nas relações mercantis a classe trabalhadora será reduzida da condição humana à de mercadoria da força de trabalho: vendemos nossa capacidade física e intelectual para o trabalho; somos uma mercadoria especial: a única capaz de produzir riqueza (valor), sendo fundamental ao processo de valorização do capital. Desta maneira, o autor sintetiza a dinâmica do capital da seguinte forma: $D-M-D' \Rightarrow D' > D$, sendo M, força de trabalho; ou seja, o capital é um dinheiro que se investe em mercadoria e força de trabalho (única capaz de gerar mais-valor) para gerar dinheiro ampliado. E apesar de sermos esta mercadoria tão especial, somos a pior entre elas, porque somos a única que quanto pior paga, mais lucros damos ao capital.

Este empobrecimento dos trabalhadores traz consequências ao capital. Isso porque para o acúmulo de capital não basta produzir mercadorias produzidas em tempo não pago; elas precisam ser vendidas;

portanto, é no consumo que se realiza a mais-valia. O empobrecimento da classe trabalhadora cria entraves ao consumo de mercadorias e a realização de mais-valia (MARX, 2013).

Uma solução está no uso de tecnologias (extração de mais-valia relativa) para se ampliar a produção, na medida em que se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Com isso, as trabalhadoras produzem mais no mesmo tempo, o que permite a redução do valor da mercadoria, viabilizando que se amplie o consumo e se ganhe em competitividade no mercado; além de baratear o preço da força de trabalho, já que os itens necessários à sobrevivência da classe trabalhadora terão seu valor reduzido pela tecnologia.

Mas há outro entrave que surge, conforme Marx (2011): se a mais-valia é tempo de trabalho roubado implícito nas mercadorias, com a redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, cada mercadoria terá menos mais-valia implícita a ela, levando a tendência da queda da taxa de lucros. Por exemplo, se eu produzo uma caneta em 1 hora, quando ela é vendida, o capitalista se apropria de 1 hora de trabalho; mas caso se desenvolva uma tecnologia capaz de produzir canetas em meia hora, na venda de cada caneta se realizará apenas meia hora de trabalho roubado. Isso pressiona o capital à uma tendência de queda da taxa de mais-valia que impõe a necessidade de vender mais para realizar a mesma taxa de mais-valia anterior.

O capital, portanto, é um dinheiro que precisa ser investido para se ampliar, numa ampliação sem limites. Marx aponta que de tempos em tempos, de tão valorizado e sofrendo de suas contradições internas, o capital passa por dificuldades de encontrar investimentos lucrativos capazes de garantir a ampliação de lucros e difunde-se por crises que são de superprodução; não de escassez. Por isso, as crises de superprodução são cíclicas e inerentes ao capital; tendendo a explodir após períodos de expansão do capital, já que quanto maior sua soma, maiores são suas dificuldades de se ampliar.

2. Pandemia: expressão da crise estrutural do capital

Vivenciamos um período histórico em que as relações mercantis se tornam insustentáveis pela própria dinâmica interna do capital e os sinais de falência são perceptíveis aos mais desatentos: a pandemia alterou a rotina de toda a humanidade. Diversos autores marxistas concordam que a partir de 1970 o crescimento da economia mundial não consegue mais assegurar as necessárias taxas de

lucros do capital, sempre em expansão. Este cenário traz particularidades a crise do capital que se torna perene.

Mészáros (2009; 2011) argumenta que na fase decadente do capital todo o seu potencial produtivo se torna destrutivo e que a destrutividade se torna produtiva. Isso porque a conexão dialética necessária entre produção-consumo-necessidade se perde e se impõe formas de consumo e produção destrutivas porque são pautadas em necessidades artificiais do capital que se sustentam por um profundo irracionalismo que passa a reger a vida coletiva sob os ditames do capital que incontrolavelmente precisa de mais lucros.

Assistimos na pandemia como o Brasil, sob governo protofascista e intimamente ligado aos EUA, que seu enfrentamento se deu regido pela irracionalidade e destrutividade do capital monopolista: mesmo diante de uma pandemia que prometia matar (e efetivamente matou) milhões de seres humanos, o Estado Brasileiro não deixou de sucatear os serviços públicos e as relações trabalhistas. Em seu lugar, criou o engodo do Kit COVID, uma solução irracional e anticientífica que teve por objetivo enriquecer grupos da indústria farmacêutica, ligados ao Governo Bolsonaro e Trump³, enquanto convencia os trabalhadores a se manterem trabalhando, mesmo sob o risco de morte; e os resultados foram catastróficos, indicando que a fase descendente do capital tem consequências de potencial devastador.

Esta destrutividade é despertada pela taxa decrescente de lucros do capital, fruto da tendência de queda da taxa de lucros que é consequência do aumento da produtividade do capital. Este descobre que mais vendável do que mercadorias que suprem necessidades reais (e limitadas) está em impor e suprir necessidades artificiais (ilimitadas), como por exemplo, a indústria armamentista, que gera conflitos para vender armas que são altamente perecíveis, por mais que feitas por material tão resistente quanto o ferro.

Para o autor, a destrutividade do capital se expressa tanto nas relações ambientais quanto humanas, de forma incorrigível. O calcanhar de Aquiles do capital, revela Marx (2011), é que quanto mais o capital se torna produtivo, menos mais-valia tem a extrair das mercadorias, havendo a necessidade de se vender maior número de mercadorias. Por outro lado, a concentração de capital leva ao empobrecimento generalizado, o que acarreta num descompasso entre produção e consumo, gerando crises de superprodução. A destrutividade do capital se refere, portanto, as formas insustentáveis de burlar a crise de superprodução.

3 Informação disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/11/interna-brasil,871362/veja-quem-sao-os-empresarios-que-ganham-com-a-cloroquina-no-brasil.shtml>

Em conformidade com Marx (2011), Harvey (1992) explica que a tendência à superprodução é ineliminável ao capital, e para contê-la, absorvê-la ou administrá-la (para não ameaçar a ordem) existem alguns mecanismos, como o subsídio ao consumo via políticas sociais, a queima de capitais, a obsolescência programada de mercadorias; bem como, conforme Marini (2005), a subsunção das economias periféricas a dos países centrais para aquisição de commodities e bens de consumo barateadas etc.

Por mais que o capital tenha se lançado de inúmeros mecanismos, no fim da década de 1970 explode uma nova crise de superprodução, porém, desta vez já não podia mais ser contida no plano da economia real. Isso porque a gana de lucro do capital é maior do que aquilo que efetivamente pode ser produzido (por limitações ambientais e de produtividade). Então, explica Harvey (1992) que é no bojo da economia financeira que o capital passa a encontrar medidas para burlar a crise de superprodução e impõe ao mundo o padrão de acumulação flexível.

Incapaz de fazer a economia crescer a ponto de suas necessidades de taxa de lucros, o capital passa a ser inábil de conjugar crescimento dos seus lucros com melhoria da condição de vida das trabalhadoras. Isso porque a ampliação da taxa de mais-valia passa a estar centralmente associada a intensificação da exploração da classe trabalhadora na medida em que lhe tolhe direitos, achata seus salários e torna a força de trabalho uma mercadoria ainda mais barateada.

Por isso, toda proposta de “modernização” das relações de trabalho em tempos de acumulação flexível tem sido o desmonte de direitos trabalhistas para intensificação e extensão da jornada de trabalho; e o achatamento salarial; tudo isso para viabilizar meios de exploração do trabalho e alavancar a extração de mais-valia pela deterioração das condições de trabalho mesmo que o crescimento econômico seja pífio.

Degrada também as condições de vida da família trabalhadora na medida em que o fundo público, ora revertido em algum tipo de subsídio salarial pela oferta de serviços públicos, gira-se para suprir a gana de lucros do setor bancário que, via juros da dívida pública, toma para si o maior percentual dos gastos do fundo público dos países dependentes. Assim, se erige uma sociedade deformada, em que bancos são mais importantes que escolas e hospitais e os lucros privados de meia dúzia de banqueiros internacionais seguem sendo mais importantes que a educação e saúde pública de um povo, aconteça o que acontecer, até mesmo diante de uma pandemia! E mesmo num contexto de empobrecimento da classe trabalhadora e do aumento da demanda de serviços públicos de saúde, a tendência de substituir serviços públicos por nichos de mercado privado se mantém.

O capital fictício se vincula, portanto, a um tipo de acumulação flexível que imprime diversos mecanismos de burla da tendência de queda da taxa de lucros dos negócios dos grandes monopólios enquanto comprime a condição de vida das trabalhadoras. O autor explica que esta forma de acumulação viabiliza o deslocamento espacial e temporal como mecanismos de contratendência de queda da taxa de lucros.

A primeira questão a ser trazida é que o capital financeiro permite o deslocamento temporal da economia: contornando os limites presentes do mercado, o capital fictício é um dinheiro sem lastro que permite especular sobre a mais-valia do presente e futura, tornando possível absorver parte do excedente do presente em ações que comprometem mais-valia futura em jogatinas especulativas que fazem com que as expectativas de lucro sejam muito maiores do que o tamanho da economia real. De tempos em tempos, o dinheiro especulado não consegue seu lastro na economia real, e neste choque explodem crises conjunturais cada vez mais intensas, como a de 2008-9 e a de 2020.

Lênin (2014) já demonstrava que na transição do século XIX ao XX, mesmo na poderosa Inglaterra, a maior produtora de mercadorias da época, a mercadoria mais lucrativa do capital já era a exportação de dinheiro a juros e não a exportação de mercadorias. Harvey (1992) nos permite compreender que a partir da crise de 1970 os juros bancários tornam-se imprescindíveis para burlar a crise de superprodução. Estas taxas bancárias funcionam como uma bomba que retira dinheiro de todas as transações econômicas do mundo, pautadas na mais-valia presente e futura, e os concentra em 1% da população; e são os maiores inimigos do sistema de proteção social brasileiro e dos trabalhadores do mundo.

Isso porque o mercado capitalista se mundializa de forma sem precedentes com o desenvolvimento das tecnologias de informação, dos meios de transporte e comunicação, viabilizando maior mobilidade espacial ao capital. E isso remete ao segundo tipo de deslocamento promovido pelo capital financeiro: o deslocamento espacial.

Isso significa que ele pode se deslocar para qualquer parte do globo para encontrar as melhores condições de extração de mais-valia, o que dá imensos poderes ao capital que agora não precisa respeitar nenhum limite e viabiliza a imposição da precarização total do trabalho (uma greve que atinja conquistas salariais pode ser contornada com a mudança da fábrica para lugares com relações de trabalho mais precárias); pode ainda reciclar tecnologias obsoletas transferindo-as do centro para a periferia do sistema (MARINI, 2005). Assim, o deslocamento espacial permite novas configurações de extração de mais-valia absoluta e relativa pelo mundo, para além da capacidade de controle dos

Estados-nação (idem, 1992).

Isso porque este deslocamento permite, como contra-tendência da queda da taxa de lucros, baratear o investimento em capital fixo, na medida em que pode encontrar nas distintas fontes de matérias-primas do mundo um lugar onde se possa ter acesso a elas de forma barateadas; bem como reduzir o investimento em capital variável, conforme possa se instalar onde a força de trabalho for mais barata.

Harvey (2014) explica ainda que o deslocamento de capital pode criar ou destruir regionalidades para realizar lucrativamente o seu excedente. Por exemplo, pode investir excedente para construir rodovias, aeroportos, etc. e criar melhores condições de a médio prazo realizar seus negócios em determinada localidade; ou retirar seus investimentos de modo a devastar a economia de alguma região.

Há também a correlação dos juros bancários com os ditames de construção desta regionalidade. A dívida pública cria a relação entre estados credores e devedores. Trata-se de uma conta impagável que passa a ser utilizada para dominação tanto econômica (percentual significativo do fundo público dos Estados-nação vão diretamente para os cofres de imensos oligopólios financeiros) como política. Isso porque, diante do endividamento, são os grandes bancos que ditam os rumos fundamentais dos Estados-nação.

Assim, na atualidade os juros bancários são mecanismos fundamentais de imposição de ações neocoloniais do centro do capital a periferia do sistema. Harvey (2014) defende que a crise de 2008-9 colocará em xeque a hegemonia estadunidense no mundo e está decadência obriga os EUA abandonar a postura de defensores da liberdade e democracia que herdaram da II Guerra mundial na oposição ao nazismo.

Passa, a partir do governo Bush, a praticar medidas ainda mais belicosas e autoritárias sobre o mundo, pautados num projeto econômico ultraliberal, sustentado por uma ideologia neoconservadora numa guinada autoritária do capital que reativa ações neocoloniais.

Isso porque a crise impõe conjugar a reprodução expandida de capital com ações de espoliação que servem como medidas de contratendência de queda da taxa de lucro do capital, na medida em que se apropriam de matérias-primas, fundos públicos etc. O autor defende, portanto, que os elementos descritos por Marx (2011) em “A assim chamada acumulação primitiva” são reativados como forma de enfrentar a perene crise do capital. Admite em seu texto que alterará o nome de acumulação primitiva para acumulação por expropriação para evitar esta ideia de que se trate de um processo passado,

originário; ao contrário, configura a própria dinâmica da relação centro-periferia em tempos de decadência do capital: se utilizar do uso da força das leis e das armas do Estado para impor a “expropriação de terras comuns”, sejam elas terras produtivas, minas de metais preciosos, rios e florestas; ou empresas públicas, serviços públicos ou fundo público.

O capital predatório da atualidade sob a supremacia estadunidense abandona discursos humanitários e pratica medidas de espoliação neocoloniais em toda a periferia capitalista: elimina direitos trabalhistas sem rodeios para impor maiores jornadas de trabalho e menores salários culminando em processos de extração de mais-valia absoluta dos trabalhadores enquanto os expropria de todo meio de produção e subsistência, proletarizando-os universalmente. A divisão internacional (e também racial) do trabalho se acentua entre centro e periferia e o processo de subjugação política e econômica se intensifica tanto entre os Estados-nação centrais e periféricos quanto na relação entre burguesia internacional e elites nacionais.

Por isso, no próximo tópico vamos defender, conforme Sampaio Júnior (2005), que os rebatimentos da crise estrutural do capital no Brasil desencadeiam um processo de reversão neocolonial, cujos efeitos já podem ser sentidos: uma profunda reestruturação autoritária do Estado; a precarização estrutural do mundo do trabalho com a regressão dos direitos trabalhistas, conforme nos releva Antunes (2018); a intensificação da segregação social pautada nas relações raciais e da ampliação da subordinação do Brasil aos interesses internacionais, particularmente aos EUA.

2. OS IMPACTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO BRASIL: REVERSÃO NEOCOLONIAL

As transformações que a atual crise do capital traz para o Brasil não é transitória e a perda de direitos que acumulamos não é temporária; ao contrário, são mudanças estruturais que, a dentro dos marcos do capital, vieram para ficar e se aprofundar enquanto tendência. Estamos passando por um processo de rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores em escala planetária, mas que tem rebatimentos mais dramáticos na periferia do capital.

Através de Marx (2011), Cesáire (2016), Gorender (2016) é possível entender que a lógica mercantil nasce na Europa enquanto fazia das terras além-mar de América. A lógica de ganhar dinheiro através de mercadorias é constituída pela acumulação primitiva que viabilizou o desenvolvimento de

forças produtivas na Europa pela pilhagem das Américas.

Gorender (2016) afirma que a inserção da América Latina no mercado mundial na condição de escravismo colonial por se dar de forma subordinada ao fomento do desenvolvimento industrial europeu. A escravização das nossas trabalhadoras se fez necessária para baratear o preço das commodities para ampliar os lucros das indústrias nascentes. Além disso, como demonstra Williams (*apud* HONOR, 2015) os grandes banqueiros de hoje são os traficantes de escravos de ontem, que mantinham entre metrópole e colônia o mercado triangular⁴. Importante perceber, portanto, que esta elite que passa a se constituir no mercantilismo europeu por meio do processo colonial pautado na supremacia branca disposta a impor “processos civilizatórios” (leia-se: impor relações mercantis) é que gera uma América Latina escravista colonial.

Na América Latina, portanto, o capitalismo se ergue a partir do escravismo colonial que, conforme Gorender (2016) se pauta no Latifúndio, monocultura e trabalho escravo de indígenas e negros para a produção de *commodities* na condição de mercadoria para a agroexportação.

O racismo viabiliza, portanto, a desumanização dos corpos retintos. No escravismo colonial, as trabalhadoras escravizadas eram rebaixadas à condição de instrumento de trabalho falantes, propriedade do senhor de escravos que tinha sobre elas inclusive o poder sobre suas vidas. O racismo, portanto, promove a desumanização formal das trabalhadoras em função de fenótipos não brancos que as tornam, em sua existência, coisificadas.

Conforme o autor, no Brasil império os trabalhadores brancos eram assalariados (servidores públicos, pequenos comerciantes) enquanto negros foram escravizados. Percebemos que por mais que a transição ao capitalismo tenha suprimido o escravismo, o imperialismo se utiliza nas Américas da desumanização formal da humanidade de negras e indígenas para imprimir maior nível de exploração, colocando-os numa tendência de não pagamento.

Davis (2016) explica ainda que o patriarcado incide fortemente sobre os corpos das mulheres nas Américas, mas de forma distinta entre negras e brancas. Ambas terão por objetivo assimilar o trabalho reprodutivo enquanto trabalho não pago e invisibilizado de modo a baratear os custos de reprodução social. Porém, as brancas se localizam na condição de mães dos herdeiros dos patriarcas brancos e são, portanto, coisificadas na condição de objeto sexual que inspira cuidados e

4 No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como França - fornecia o navio e os produtos de exportações; a África, a mercadoria humana; as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais (commodities) que seriam levados de volta ao país de partida. (WILLIAMS *apud* HONOR, 2015, p. 90)

responsabilização; já as mulheres negras eram exigidas tanto quanto os homens no papel de força de trabalho; e a objetificação sexual que sobre elas recai é o do uso irresponsável para o mero prazer e domínio dos corpos.

Tais traços coloniais serão modernizados, mas não superados, já que, conforme Fernandes (2005), a revolução burguesa no Brasil ocorreu sem qualquer ruptura radical a partir dos de baixo; numa revolução passiva que transforma radicalmente as relações econômicas sem significativa alteração das relações sociais, nem para dentro (relação elite branca e escravizados negros), nem para fora (relação de subalternidade da elite nacional a internacional). No lugar de uma nação brasileira autônoma sob os ditames de uma burguesia nacional forte, ergue-se, ao contrário, uma burguesia subordinada, configurando-se num capitalismo dependente.

Para Fernandes (2005), Ianni (1986), Gorender (2016), e tantos outros, a revolução burguesa no Brasil é um complexo processo histórico promovido sob a hegemonia das elites brasileiras que se inicia com a independência do Brasil em relação a Portugal, passa pela abolição da escravatura, a proclamação da república e transição do trabalho escravo ao assalariado, a constituição de um mercado interno sob o processo de industrialização etc.

Prado Júnior (2000) nos chama atenção de que o Brasil se ergue do processo colonial apresentando três questões não resolvidas: a sociedade dos negócios privados se coloca acima do projeto de nação brasileira; numa sociedade que se ergue sem reparações com o passado escravista que mantém profunda segregação social (que podemos situar como fruto da divisão racial do trabalho) marca a formação da classe trabalhadora brasileira; além de uma profunda dependência do Brasil ao imperialismo; processos que impedem que o país, enquanto nação, institua seus fins e construa seus meios.

Além disso, cumpre ressaltar que para o autor, a emergência de uma burguesia brasileira por um processo de industrialização nacional foi abortado. Segundo ele, a crise de 1929 pôs fim a tão aparentemente consolidada economia cafeeira e trouxe a ordem do dia a questão da revolução brasileira: a consolidação de um Estado-nação brasileiro com uma indústria e burguesia nacional independente ou seu retorno ao colonialismo. Vargas caminhou no sentido de buscar consolidar um parque industrial brasileiro e uma burguesia nacional dando sinais de que o Brasil gestaria seu sonho de autonomia.

Já no governo JK, a abertura a investimentos externos limitou a industrialização nacional tornando nosso processo de industrialização submetido ao capital internacional. Em vez do fomento de

indústrias nacionais para prover o consumo interno, foram as indústrias internacionais que se instalaram aqui num processo de substituição de importações.

Sem resolver os impasses da revolução brasileira, Fernandes (2000) nos chama atenção de que diante de tais dilemas, as nossas elites impuseram uma terceira via por meio do Golpe de 1964: um processo de contrarrevolução permanente, de modo que o Brasil não concretiza o projeto nacional, mas também não reverte a economia brasileira a bases coloniais.

O golpe de 1964 significou, portanto, uma espécie de congelamento das contradições históricas em que a dupla articulação do subdesenvolvimento se mantém (dependência externa e segregação social), enquanto se conclui no Brasil a instauração de uma sociedade capitalista sem se constituir um projeto de nação brasileira.

A partir de 1980, diante das contradições da crise estrutural do capital, o congelamento da contrarrevolução permanente começa a ceder. Segundo Sampaio Junior (2005), a globalização dos negócios tende a provocar um processo de reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial.

Por mais que nos anos 1980, após décadas de luta democrática contra a ditadura militar, a classe trabalhadora brasileira tenha conquistado a Constituição Federal mais avançada de sua história, a América Latina passa a sofrer pressões imperialistas com sua agenda neoliberal que, conforme Harvey (2014) será um mecanismo de acumulação por espoliação do imperialismo sobre nós; um processo exploratório que será mistificado como modernização econômica.

Tal mistificação sustenta que a adesão ao receituário neoliberal permitiria à América Latina aumentar a competitividade de sua economia em relação ao Primeiro Mundo; porém, o balanço de décadas de ajuste fiscal de Sampaio Júnior (2005) mostra uma realidade desoladora, marcada pela ampliação do atraso econômico e acelerada precarização das condições de vida da população para enriquecimento dos grandes oligopólios econômicos internacionais.

A partir das pressões imperialistas materializadas no Consenso de Washington (de 1989), ocorre a inflexão na política econômica do início dos anos 90, quando o Brasil passa a dilapidar a CF/88 e sancionar sistematicamente medidas liberalizantes. Tais medidas levaram o país a extrema fragilidade financeira do setor público, o que diminuiu dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro.

Em suma, para o autor, a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da

industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompe o movimento de construção da nação.

Dentro deste processo de reversão neocolonial, defendemos que o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, consequência dos rebatimentos da crise 2008-9 no Brasil, tratou-se de um golpe de Estado orquestrado entre os setores mais atrasados da elite brasileira, subordinados a burguesia internacional para abrir caminho para o avanço acelerado da reversão neocolonial.

Vamos abordar, então, três processos característicos da perversidade da “nova dependência” citados por Sampaio Júnior (2005), refletindo intensificação destes processos na dinâmica dos governos pós-golpe 2016⁵ e de que maneira impactam no enfrentamento da COVID-19.

O primeiro sinal desta reversão neocolonial destacado por Sampaio Júnior (2005) é bastante perceptível neste contexto de pandemia: a difusão desigual do progresso técnico aumentando a defasagem tecnológica das economias atrasadas.

Mesmo num período de pandemia em que se necessita de testes, respiradores e vacinas que poderiam ser produzidos por laboratórios públicos do SUS e das universidades e distribuídos de forma capilarizada pelo SUS, no lugar do país reverter recursos aos serviços públicos para salvar a vida das trabalhadoras, a opção do governo Bolsonaro foi o respeito ao teto de gastos. Assim, mesmo diante de uma pandemia, os lucros privados dos bancos seguiram sendo mais importantes que as condições de saúde do nosso povo; o que redundou no corte de 2,7 bilhões de reais para a educação (a área com maior corte de recursos do orçamento em relação a 2020)⁶, de 40 bilhões de reais⁷ para a saúde e de 200 milhões⁸ para o financiamento de vacinas brasileiras.

Os sucessivos cortes de recursos em educação, ciência e tecnologia⁹; o desmonte da CAPES e as políticas de fomento à pesquisa denotam que a independência científica e tecnológica está sendo

5 Não vamos entrar no mérito sobre o papel do governo petista. Apenas queremos deixar assinalado que o fato de abordarmos os aspectos da reversão neocolonial no pós-golpe 2016 não significa que avaliamos que o governo petista fez, faria ou fará resistência a este processo.

6 Informação disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/749955-orcamento-2021-e-sancionado-educacao-economia-e-defesa-tem-maiores-cortes/>. Acesso em 25 maio 2021.

7 Segundo o portal da transparência do governo federal, o orçamento da saúde em 2020 foi de 160 bilhões de reais. Para 2021 retrocedeu para 126 bilhões, o mesmo patamar de financiamento pré-pandemia (122 bilhões em 2019). Informações disponíveis em <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em 25 maio 2021.

8 Informação disponível em <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-veta-r-200-milhoes-para-vacina-100-brasileira-da-usp-ribeirao-preto,70003691479>. Acesso e 25 maio 2021.

absolutamente interdita pelo próprio governo entreguista brasileiro, mesmo quando torna-se questão de vida ou morte.

A segunda questão apontada por Sampaio Júnior (2005) é resultado da primeira: se não temos autonomia científica e tecnológica, não temos condições de ter independência política e econômica. Ao contrário, percebemos a perda ainda maior da capacidade de autodeterminação dos Estados-nação, reflexo de perda de poder das elites nacionais, intensificando a relação de subalternidade em relação ao imperialismo.

Explica o autor que na acumulação flexível as empresas transnacionais passaram a operar com tecnologias concebidas para mercados supranacionais, o que faz com que seus vínculos com as economias dependentes se tornem muito mais fluida. Isso redundará num problema central: a drástica redução do grau de liberdade das burguesias das economias periféricas diante do capital internacional.

A situação atual é, portanto, diferente daquela do no ciclo expansivo do pós-guerra, quando a estratégia de conquista dos mercados internos se deu mediante a transferência de unidades produtivas, o que levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados; além de permitir que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais.

Na era da mundialização do capital, porém, o objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no mercado global para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia. Por esse motivo, os gigantes da economia mundial não querem mais governos fortes nestes países, nem que as fronteiras nacionais continuem rigidamente delimitadas. Segundo o autor, o grande capital quer na periferia governos subalternos, já que seu interesse em relação a periferia do sistema se resume basicamente em:

(a) ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local - a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); (b) ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão de obra barata; (c) açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio. (SAMPAIO JUNIOR, 2005, p. 06)

Por isso, diante da pandemia o governo não fez nenhum esforço de desenvolver no Brasil

9 Segundo dados apresentados pelo ministro Marcos Pontes em uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, 7 de abril de 2021, o orçamento da pasta era da ordem de mais de 6,5 bilhões em 2015. Em 2021, não chega a 3 bilhões, comprometendo, segundo o próprio ministro, a manutenção básica das 28 unidades de pesquisa vinculadas ao ministério (incluindo vários institutos de extrema relevância para a ciência nacional, como Inpe, Inpa, CBPF e CNPEM). Informações disponíveis em: <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em 25 maio 2021.

condições autônomas de lidar com a pandemia (como fabricação própria de EPIs, vacinas, testes etc.); nem mesmo decretou *lockdown* para garantir a vida das trabalhadoras. No seu lugar, criou o engodo do kit Covid que viabilizou que as trabalhadoras tivessem seus corpos expostos a morte para garantir os negócios de seus patrões sem nenhum reforço de investimento do SUS. Mais uma vez, tal como no Brasil colonial, os corpos das trabalhadoras (sobretudo negras) foram moídos para manter as altas taxas de lucro do capital sem nenhum enfrentamento a seus interesses.

Se no plano econômico o deslocamento espacial do grande capital fragiliza a força regulatória dos Estados-nação, isso se dá porque a subalternização das elites locais em relação às internacionais se amplia. Para Sampaio Júnior (2005, p. 07),

[...] Sem sustentação externa e sem base material interna para sustentar o seu poder de classe as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros.

A exaustão da industrialização pesada minou a solidez material e social do pacto federativo brasileiro colocando em questão a própria coesão territorial do país, como também alterando o papel da burguesia nacional que se tornaram piratas do século XXI (furtam-nos e vendem tudo no mercado internacional). Por este motivo, o governo Bolsonaro se utilizou da pandemia para provocar um verdadeiro genocídio dos povos indígena e quilombolas, pois quanto mais fragilizados eles se tornam, mais aumenta a possibilidade dos interesses do capital avançarem em suas terras e tomar para si, jazidas de minérios, água etc., sem a intermediação da compra.

Com as transformações apontadas, portanto, corroem-se as bases de sustentação do Estado-nação brasileiro. Em virtude disso, temos observado um processo de revolucionamento do Estado brasileiro a direita com um conjunto de emendas à Constituição federal de 1988 que, sem um processo (democrático) de constituinte, esvaziam-na de todas as conquistas democráticas forjadas por lutas seculares da classe trabalhadora.

Por fim, Sampaio Júnior (2005) denota que as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de “vontade política” própria. Estamos diante de um governo que cotidianamente disfire ataques contra a educação, as universidades, a ciência e a arte. Temos um presidente que se orgulha da ignorância, que rege o país pela irracionalidade, que lida com a pandemia pautado no negacionismo, que ri de quase um milhão de mortes enquanto bate continência para a bandeira estadunidense.

Enquanto isso, a classe trabalhadora, em vez de se organizar para tirar um presidente genocida do governo, segue trabalhando e requerendo que haja alguma intervenção externa (da ONU, ou do congresso nacional) para resolver o problema, denunciando uma mentalidade colonizada.

As profundas marcas do bolsonarismo não são passageiras, nem casuais ou espontâneas. Na realidade, a pauta destrutiva da ultradireita brasileira significa que ganhou hegemonia as elites dispostas a colocar em curso em marcha acelerada o processo de reversão neocolonial, promovendo a barbárie, contanto que lhes garanta negócios lucrativos.

Dentro da longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil liberto de amanhã, a conjuntura atual denota que a globalização dos negócios transformou em antagonismo aberto a secular contradição entre o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e a consolidação do Estado nacional como uma entidade relativamente autônoma, revelando a essência do impasse histórico brasileiro: revolução socialista ou barbárie neocolonial.

Se a reversão neocolonial aponta para a intensificação da exploração do trabalho e das opressões, a pandemia de Coronavírus intensifica todas estas mazelas, trazendo novos desafios a classe trabalhadora e, em particular, às profissionais no bojo da execução de políticas sociais.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho evidenciamos a pandemia da COVID-19 enquanto expressão da crise sanitária como uma das facetas da crise estrutural do capital. Demonstramos que a atual fase destrutiva do capital não apresenta nenhum horizonte civilizatório para a humanidade.

Demonstramos que a crise de superprodução gera um contexto de desconexão entre produção, consumo e necessidade em que o poder produtivo do capital passa a ser destrutivo humana e ambientalmente e os juros bancários assumem papel fundamental de burla-la; impondo um contexto em que a expansão da extração de mais-valia se centra na intensificação da exploração humana, reativando opressões e o neoconservadorismo.

Abordamos ainda como a crise estrutural do capital recai sobre o Brasil enquanto um processo de reversão neocolonial que coloca como horizonte a classe trabalhadora brasileira a

barbárie neocolonial, mudança estrutural que explica o sentido e a profundidade das transformações históricas contemporâneas brasileiras não como um momento de perdas conjunturais; contexto que impõe a necessidade de uma transição socialista capaz de socializar riqueza e poder; de superar a dependência econômica e cultural; numa revolução democrática anti-imperialista, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anti-latifundiária.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FERNANDES, F. O que é Revolução. In: Prado Jr., C. e Fernandes, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. Ed. Expressão Popular, 2000.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LACERDA, L.E.P. **Era Só mais um Silva**: Fundamentos e defesa do exercício profissional crítico. Orientador: Ricardo Lara. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de pós-graduação em Serviço Social. Centro de Estudos Sociais e Econômicos. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo**: Fase Superior do capital. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2014.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da Alienação em Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

PRADO, Jr. A Revolução Brasileira. In: Prado Jr., C. e Fernandes, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. Ed. Expressão Popular, 2000.

SAMPAIO, Jr. P.S.A. **Ofensiva neoliberal e reversão neocolonial na América Latina**, in: Hoyos, G. (org.). Ciudadania y democracia entiempos de globalización neoliberal. Bogotá. CLACSO, 2005.

,